**MINISTÉRIO DA CULTURA**

**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSITICO NACIONAL**

**CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA**

**ORDEM DE SERVIÇO 02, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016**

*Instituir os modelos de parecer, no âmbito do patrimônio arqueológico, para análise de FCA, projetos, programas e relatórios de pesquisa arqueológica relacionados à Instrução Normativa Iphan nº 001/2015.*

A Diretora do Centro Nacional de Arqueologia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e IX do artigo 66, da Portaria MinC nº 92, de 05 de julho de 2012 e,

Considerando a Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

Considerando a Instrução Normativa Iphan nº 001, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe;

Considerando os Artigos 5º, 11 e 12 da Portaria Sphan nº 07/88, que estabelecem as informações e conteúdos mínimos que deverão constar em projetos e relatórios de pesquisa arqueológica encaminhados ao Iphan;

Considerando a necessidade de padronizar, monitorar e gerir as análises e manifestações do Iphan sobre as pesquisas arqueológicas, resolve:

Art. 1º Instituir o Modelo de Parecer para Análise de Ficha de Caracterização de Atividade (Anexo I), no que tange ao patrimônio arqueológico, e os documentos que subsidiam a elaboração do termo de referência específico do Iphan relativos aos projetos e programas de pesquisa arqueológica previstos na Instrução Normativa Iphan nº 001/2015, a saber:

I – Acompanhamento Arqueológico (Anexo II)

II – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (Anexo III)

III – Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (Anexo IV)

IV – Gestão do Patrimônio Arqueológico (Anexo V)

V – Salvamento Arqueológico (Anexo VI)

Art. 2º Instituir o Modelo de Parecer para Análise dos projetos e programas de pesquisa arqueológica previstos na Instrução Normativa Iphan 001/2015, a saber:

I – Acompanhamento Arqueológico (Anexo VII)

II – Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (Anexo VIII)

III – Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (Anexo IX)

IV – Gestão do Patrimônio Arqueológico (Anexo X)

V – Salvamento Arqueológico (Anexo XI)

Art. 3º Instituir o Modelo Padrão para Análise de Relatórios relativos aos projetos e programas de pesquisa arqueológica (Anexo XII) previstos na Instrução Normativa Iphan 001/2015.

Art. 4º Instituir o Modelo Padrão de Memorando assinado pelo Superintendente para encaminhamento de Projeto para Publicação de Portaria no Diário Oficial da União (Anexo XIII).

Art. 5º Os modelos de parecer para análise instituídos pela presente ordem de serviço estão disponíveis no sítio eletrônico do Iphan, no endereço www.iphan.gov.br.

Art. 6º A partir de 1º de novembro de 2016 o CNA não aceitará análises desacompanhadas dos pareceres devidamente preenchidos.

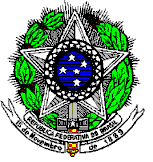
**Rosana Najjar**

Diretora

Centro Nacional de Arqueologia

CNA/DEPAM/IPHAN

**ANEXO I**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

**Para:** **Nome**

**(Chefia Imediata)**

**Assunto:** Análise de Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) para Classificação do Empreendimento *Linha de Transmissão 230kV Brasília – Goiânia*. Processo IPHAN n.º XXXX.XXXXXX/XXXX-XX

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (solicitação de manifestação por órgão ambiental, análise de FCA), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015 etc.), os objetivos (enquadramento do empreendimento, elaboração e emissão de TRE etc.).

O presente Parecer Técnico objetiva a análise da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) com vistas à classificação do empreendimento *Linha de Transmissão 230 kV Brasília – Goiânia* nos termos dos Anexos I e II da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015. Objetiva ainda subsidiar a elaboração do Termo de Referência Específico (TRE) pela área competente, que comporá Termo de Referência a ser disponibilizado para o empreendedor pelo órgão ambiental responsável.

Cumpre destacar que a presente análise foi motivada pelo Of. IBAMA 02001.000000/2012-XX, por meio do qual o órgão ambiental solicitou manifestação do IPHAN acerca do licenciamento ambiental em tela.

Destaca-se ainda que a análise que segue terá como parâmetros legais a Lei n.º 3.924/61, a Portaria Interministerial n.º 60/2015, a Portaria SPHAN n.º 07/88, a Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, dentre outras.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2013 – (fl.1/vol. I), Ofício encaminhado pelos interessados, contendo a Ficha de Caracterização de Atividades (FCA) do empreendimento “*Linha de Transmissão 230kV Brasília – Goiânia* [...]”;

1. **ANÁLISE DA FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE (FCA)**

A partir da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) e demais informações prestadas pelo empreendedor descrever as principais características do empreendimento com vistas à sua classificação conforme anexos I e II da IN IPHAN n.º 001/2015.

O empreendimento ora em análise constitui-se em uma linha de transmissão de 230 kV com extensão de 230 quilômetros que interligará a Subestação Ceilândia à Subestação Goiânia II, com previsão de implantação de 1000 torres.

As torres, dispostas a cada 500 metros, provocarão impacto numa área de aproximadamente 64m2. A faixa de servidão designada para o projeto é de 60m, sendo 30m para cada lado do eixo da linha. Para a fixação das torres serão implantadas cinco estruturas de concreto cuja profundidade não será superior a 2m.

Considerando as características acima mencionadas, a tipologia (conforme ANEXO II) e a classificação do empreendimento e das intervenções de caráter secundário, permanentes ou temporárias (conforme ANEXO I), entende-se que o empreendimento enquadra-se como Nível IV, de média e grande interferência sobre as condições vigentes do solo e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente.

1. **PARECER**

Com base na Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) - bem como nas demais informações prestadas pelo empreendedor - e na classificação feita pelo presente parecer, encaminhar subsídios para a elaboração do Termo de Referência Específico (TRE) a ser remetido pelo órgão ambiental, informando os tramites necessários à continuidade do processo de licenciamento conforme o disposto na IN IPHAN n.º 001/2015, a saber:

**Nível I**

* (Art. 15 da IN IPHAN n.º 001/2015) - Apresentação do Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE) conforme Anexo III da IN IPHAN n.º 1/2015.

**Nível II**

* (Artigos 16 e 17 da IN IPHAN n.º 001/2015) - Apresentação do Termo de Compromisso do Empreendedor (TCE) e do Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador (TCAC), Anexos III e IV da IN IPHAN n.º 1/2015, respectivamente, acompanhados da proposta de acompanhamento arqueológico:

**Nível III**

* (Artigos 18, 19 e 20 da IN IPHAN n.º 001/2015) - Apresentação de um Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico;

**Nível IV**

* (Artigos 21, 22 e 23 da IN IPHAN n.º 001/2015) - Apresentação de um Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.

Com base na Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) e nas demais informações prestadas pelo empreendedor manifestamo-nos pelo enquadramento do empreendimento como Nível IV, sendo necessária a elaboração do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico a ser previamente autorizado por Portaria do IPHAN e procedimentos subsequentes, conforme documento em anexo.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do senhor Coordenador de Pesquisa e Licenciamento - CNA/DEPAM/IPHAN (no caso dos Pareceres elaborados nas Superintendências usar o cargo da chefia imediata a quem está sendo endereçado o documento), para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

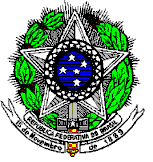
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN no Estado de XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO II**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO – TRE**

**EMPREENDIMENTO NÍVEL II - ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO**

**NOME DO EMPREENDIMENTO:**

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando que o empreendimento em tela foi enquadrado como sendo de baixa e/ou média interferência sobre as condições vigentes do solo (Nível II), e cujas características e dimensões são compatíveis com a adoção de ajustes ou medidas preventivas em campo, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

1. **PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO - NÍVEL II**

O Acompanhamento Arqueológico consiste na presença, em campo, de Arqueólogo, que será responsável pela gestão do patrimônio arqueológico eventualmente identificado durante a execução do empreendimento.

O Acompanhamento Arqueológico será autorizado pelo IPHAN mediante a apresentação de proposta de acompanhamento, que deverá conter:

1. Termo de Compromisso do Empreendedor - TCE (Anexo III - IN IPHAN n.º 001/15);
2. Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador - TCA (Anexo IV - IN IPHAN n.º 001/15);
3. Currículo do Arqueólogo Coordenador, dos Arqueólogos Coordenadores de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
4. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
5. Cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo;
6. Metodologia para realização do Acompanhamento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras;
7. Cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico;
8. Poligonal da área abrangida pela proposta de acompanhamento em formato *shapefile;*
9. Definição dos objetivos;
10. Declaração de participação de todos os membros da equipe de pesquisa;
11. Mapa imagem em escala compatível.

A proposta de acompanhamento arqueológico deverá ser apresentada ao IPHAN para fins de emissão de autorização para sua execução, publicada através de portaria no Diário Oficial da União.

A anuência para a Licença de Instalação (LI), no que se refere ao patrimônio arqueológico, somente poderá ser emitida após a publicação da portaria para a realização do acompanhamento.

Destaca-se que a execução do acompanhamento arqueológico poderá ser realizado pelo arqueólogo coordenador ou por arqueólogo coordenador de campo por ele designado, considerando a necessidade de se ter, para cada frente de obra, um arqueólogo coordenador de campo.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas

1. **RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO**

O acompanhamento arqueológico deverá ser descrito em relatórios, assinados pelo arqueólogo coordenador, a serem submetidos pelo empreendedor à avaliação do IPHAN, contendo:

1. Descrição detalhada das atividades realizadas, acompanhado de consistente documentação fotográfica georreferenciada comprobatória dos trabalhos realizados em campo;
2. Assinatura do Arqueólogo Coordenador, responsabilizando-se pelo conteúdo do Relatório.

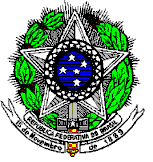
A não apresentação sem justificativa técnica fundamentada, dos relatórios previstos acarretará na paralisação da obra sem prejuízo das sanções aplicáveis ao arqueólogo coordenador.

Em caso de achados arqueológicos, o arqueólogo coordenador deverá:

* Determinar a paralisação da obra nos trechos ou áreas onde for identificado patrimônio arqueológico;
* Comunicar ao IPHAN a existência de patrimônio arqueológico na Área Diretamente Afetada - ADA do empreendimento, recomendando as medidas a serem adotadas e,
* Aguardar deliberação e pronunciamento do IPHAN ao órgão ambiental licenciador e ao empreendedor, no prazo máximo de quinze dias, sobre as ações a serem executadas.

Salienta-se que, caso o empreendimento sofra alteração em sua localização, deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locacionais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

**ANEXO III**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍFICO – TRE**

**EMPREENDIMENTO NÍVEL III – AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

**NOME DO EMPREENDIMENTO:**

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando que o empreendimento em tela foi enquadrado como sendo de média e/ou alta interferência sobre as condições vigentes do solo (Nível III), grandes áreas de intervenção, com limitada ou inexistente flexibilidade para alterações de localização e traçado, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

1. **PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

1. Contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;
2. Proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície;
3. Proposição das atividades de análise e conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto;
4. Indicação de instituição de guarda e pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico, localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada;
5. Currículo do arqueólogo coordenador, do arqueólogo coordenador de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
6. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
7. Proposição de estratégias de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido;
8. Proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão;
9. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato *shapefile*;
10. Prova de idoneidade financeira do projeto;
11. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
12. Relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização;
13. Definição dos objetivos;
14. Sequência das operações a serem realizadas no sítio;
15. Cronograma da execução;
16. Mapa imagem em escala compatível.

Além destes supracitados requisitos, recomenda-se que o projeto esteja em consonância cronológica com os demais estudos exigidos pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental e que, para além do levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, considere também os estudos anteriormente executados na área de influência do empreendimento.

O projeto deve referir-se, ainda, aos sítios arqueológicos já conhecidos localizados na área de influência do empreendimento e que possam, durante a implantação do empreendimento, sofrer impactos. Nesses casos o projeto deverá contemplar sugestões de medidas mitigadoras e/ou compensatórias adequadas à sua proteção.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

1. **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

A execução do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo os resultados da pesquisa, nos termos do artigo 20 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15 e arts. 11 e 12 da Potaria Sphan 07/88.

Destaca-se que para a confecção do inventário do acervo deverá ser observado o anexo II da Portaria Iphan 196/2016.

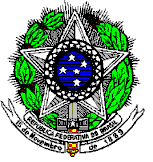
Cumpre destacar ainda que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN.

Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráficas e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.

Caso o empreendimento sofra alterações na área de influência inicialmente apresentada o IPHAN deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locacionais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

Cumpre destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos *in situ*, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º 001/15.

**ANEXO IV**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍCO – TRE DO IPHAN**

**EMPREENDIMENTO NÍVEL IV – AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO ARQUEOLÓGICO**

**NOME DO EMPREENDIMENTO:**

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando que o empreendimento em tela foi enquadrado como sendo de média e alta interferência sobre as condições vigentes do solo (Nível IV) e cujo traçado e localização precisos somente serão passíveis de definição após a fase de Licença Prévia ou equivalente, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

1. **PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

1. Contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada;
2. Proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo vistoria em campo e caminhamento na ADA;
3. Mapas contendo a previsão do traçado e localização do empreendimento;
4. Currículo do arqueólogo coordenador, do arqueólogo coordenador de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
5. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
6. Indicação de instituição de guarda e pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada;
7. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato *shapefile*;
8. Definição dos objetivos;
9. Prova de idoneidade financeira do projeto;
10. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
11. Relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização;
12. Sequência das operações a serem realizadas no sítio;
13. Cronograma da execução;
14. Proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;
15. Meios de divulgação das informações científicas obtidas;
16. Mapa imagem em escala compatível.

Além destes supracitados requisitos, recomenda-se que o projeto esteja em consonância cronológica com os demais estudos exigidos pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental e que, para além do levantamento dos sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, considere também os estudos anteriormente executados na área de influência do empreendimento.

O projeto deve referir-se, ainda, aos sítios arqueológicos já conhecidos localizados na área de influência do empreendimento e que possam, durante a implantação do empreendimento, sofrer impactos. Nesses casos o projeto deverá contemplar medidas mitigadoras e/ou compensatórias adequadas à sua proteção.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

1. **RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

A execução do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo os resultados da pesquisa, nos termos do artigo 23 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15 e arts. 11 e 12 da Potaria Sphan 07/88.

Destaca-se que para a confecção do inventário do acervo deverá ser observado o anexo II da Portaria Iphan 196/2016.

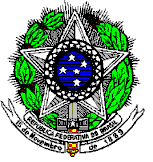
Cumpre destacar ainda que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN.

Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.

Caso o empreendimento sofra alterações na área de influência inicialmente apresentada o IPHAN deve-se apresentar documentação com todos os requisitos, já citados acima, necessários a manifestação deste instituto, ou seja, o arqueólogo coordenador deverá indicar quais serão as alternativas locacionais para o empreendimento, indicando qual o grau de impacto em cada um dos locais sugeridos.

Cumpre destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos *in situ*, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º 001/15.

**ANEXO V**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍCO – TRE DO IPHAN**

**EMPREENDIMENTOS NÍVEL III E IV – GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

**NOME DO EMPREENDIMENTO:**

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando os resultados apresentados no Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, as recomendações contidas na manifestação conclusiva do IPHAN ao órgão ambiental licenciador, como também o projeto executivo do empreendimento, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

1. **O PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá conter:

1. Projeto de Salvamento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos sítios arqueológicos que serão impactados pelo empreendimento, com base no Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, contendo:
2. Currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
3. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
4. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile;
5. Indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado;
6. Definição de objetivos;
7. Sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa;
8. Cronograma para a realização do salvamento; e
9. Mapa imagem em escala compatível.
10. Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos locais onde não foram encontrados sítios arqueológicos, contendo:
11. Currículo do Arqueólogo Coordenador, dos Arqueólogos Coordenadores de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
12. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa.
13. Definição dos objetivos;
14. Cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo;
15. Metodologia para realização do Monitoramento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras;
16. Cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico;
17. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile;
18. Mapa imagem em escala compatível.
19. Prova de idoneidade financeira dos projetos;
20. Proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão
21. Metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos;
22. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
23. Indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada.
24. Projeto Integrado de Educação Patrimonial, contendo:
25. Definição do público alvo;
26. Objetivos;
27. Justificativa;
28. Metodologia;
29. Descrição da equipe multidisciplinar responsável;
30. Cronograma de execução, e
31. Mecanismos de avaliação.

§ 1º O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.

§ 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial.

Além destes supracitados requisitos, recomenda-se que o projeto esteja em consonância cronológica com os demais estudos exigidos pelos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental.

Destaca-se também que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obter, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

1. **RELATÓRIO DO PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

A execução do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Gestão do Patrimônio Arqueológico, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo:

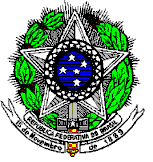
1. Relatório de Salvamento Arqueológico conforme definido no inciso I do Art. 34 e nos termos do inciso I do Art. 35 da IN IPHAN 01/2015;
2. Relatório técnico-científico contendo os resultados:
3. Do monitoramento arqueológico realizado na ADA;
4. Da análise e interpretação dos bens arqueológicos encontrados;
5. Da avaliação do estado de conservação dos materiais e sítios arqueológicos;
6. Do inventário dos bens arqueológicos relativos ao Programa
7. Documento comprobatório de recebimento do acervo acompanhado dos respectivos relatórios, emitido pela Instituição de Guarda e Pesquisa, do qual conste a discriminação detalhada do material sob sua tutela;
8. Relato das atividades ligadas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão, bem como a apresentação do cronograma das ações futuras;
9. Relatório Integrado de Educação Patrimonial.

Cumpre destacar ainda que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN.

Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.

Cumpre destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos *in situ*, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º 1/15.

**ANEXO VI**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ESPECÍCO – TRE DO IPHAN**

**EMPREENDIMENTO NÍVEIS I E II - SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO**

**NOME DO EMPREENDIMENTO:**

O Patrimônio Arqueológico é parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro (Art. 216 da CF/88) e como tal deve ser contemplado pelos estudos e procedimentos preventivos necessários ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente danosas ao patrimônio arqueológico brasileiro.

O presente documento estabelece o escopo mínimo a ser tratado na elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento no que é afeto ao patrimônio arqueológico.

Na elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio arqueológico devem ser considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria, principalmente: Arts. 215 e 216 da CF/88, Decreto-Lei n.º 25/37, Lei Federal n.º 3.924/61, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15, dentre outros.

Considerando que o empreendimento em tela foi enquadrado como sendo de baixa e/ou média interferência sobre as condições vigentes do solo (Nível I ou II); considerando a constatação de achados arqueológicos e mediante impossibilidade de preservação *in situ* do patrimônio arqueológico, listamos abaixo os documentos e as informações necessárias à continuidade do processo de licenciamento ambiental junto a este Instituto:

1. **PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO – NÍVEIS I OU II**

O Projeto de Salvamento Arqueológico deverá conter:

1. Currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada;
2. Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa;
3. Indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmene na unidade federativa onde a pesquisa será realizada.
4. Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile;
5. Indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado;
6. Prova de idoneidade financeira do projeto;
7. Cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica;
8. Definição de objetivos;
9. Conceituação e metodologia de análise, interpretação e conservação dos bens arqueológicos;
10. Sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa;
11. Cronograma para a realização do salvamento; e
12. Proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão.
13. Mapa imagem em escala compatível

Destaca-se que a autorização do IPHAN para realização de pesquisas arqueológicas em Terras Indígenas, Comunidades Quilombolas ou em áreas especialmente protegidas, não exime o interessado de obterem, junto às instituições responsáveis, as respectivas autorizações relativas ao cronograma de execução, bem como a autorização da entrada dos profissionais nas áreas pretendidas.

1. **RELATÓRIO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO**

A execução do Projeto de Salvamento Arqueológico deverá ser descrita em relatório denominado Relatório de Salvamento Arqueológico, a ser submetido à avaliação do IPHAN, contendo os resultados da pesquisa, nos termos do artigo 34 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/15 e arts. 11 e 12 da Potaria Sphan 07/88.

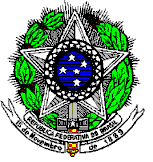
Destaca-se que para a confecção do inventário do acervo deverá ser observado o anexo II da Portaria Iphan 196/2016.

Cumpre destacar ainda que as Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos deverão, necessariamente, ser apresentadas em meio físico, assinadas pelo arqueólogo coordenador, e em meio digital, formato ACCESS, com vistas à sua inclusão no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA, após análise e homologação pelo IPHAN.

Em relação às plantas e mapas que comporão o relatório, estes deverão ser apresentados em meio digital no formato *shapefile* (shp), com datum SIRGAS2000. As plantas e mapas apresentados em meio físico deverão conter: grade de coordenadas, escalas gráfica e numérica e sistema de coordenadas UTM (Datum SIRGAS2000) contendo a área de influência do empreendimento, o posicionamento e delimitação de sítios localizados e/ou conhecidos e demais informações relevantes para a avaliação do impacto na área.

Cumpre destacar que a responsabilidade pela conservação dos bens arqueológicos é do arqueólogo coordenador durante a etapa de campo e da instituição de guarda e pesquisa, após seu recebimento, cabendo ao empreendedor executar as ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos decorrentes do empreendimento, incluindo, quando couber, a conservação de bens arqueológicos *in situ*, a viabilização de espaço apropriado para guarda ou a melhoria de Instituição de Guarda e Pesquisa para bens móveis, como determina o Art. 51 da IN IPHAN n.º 1/15.

**ANEXO VII**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO DE PARECER PARA ANÁLISE DA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO**

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN-XX

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

Para: Nome

**(Chefia Imediata)**

**Assunto:** Análise de Proposta de Acompanhamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri*.* Processo IPHAN n.º XXXX.OOXOOXO/XXXX-SS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS** |  |  |  |
|  |  | **SIM** | **NÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1 | Consta Requerimento de Autorização para o Acompanhamento Arqueológico – Nível II |  |  |  |
| 2 | Consta o Termo de Compromisso do Empreendedor – TCE? |  |  |  |
| 3 | Consta o Termo de Compromisso do Arqueólogo Coordenador – TCA? |  |  |  |
| 4 | Consta o currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada? |  |  |  |
| 5 | Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa; |  |  |  |
| 6 | O arqueólogo coordenador e o(s) arqueólogo(s) coordenador(es) de campo cumprem os requisitos do Ofício Circular 01/2013-PESI? |  |  |  |
| 7 | Consta o cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo? |  |  |  |
| 8 | Consta a metodologia para realização do Acompanhamento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras? |  |  |  |
| 9 | Consta o cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico? |  |  |  |
| 10 | Consta Poligonal da área abrangida pela proposta de acompanhamento em formato *shapefile*? |  |  |  |
| 11 | Consta a definição dos objetivos? |  |  |  |
| 12 | Consta a declaração de participação de todos os membros da equipe de pesquisa? |  |  |  |
| 13 | Consta mapa imagem em escala compatível? |  |  |  |
| 14 | Os arqueólogos coordenadores de campo participam de outros projetos vigentes\*? |  |  |  |
| 15 | Os arqueólogos relacionados na equipe proposta possuem pendências junto ao IPHAN? |  |  |  |

\* Caso necessário, a conferência do impedimento de qualquer profissional poderá ser realizada junto ao CNA.

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (análise de Proposta de Acompanhamento Arqueológico por solicitação do empreendedor ou do órgão ambiental etc.), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 7/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015 etc.), os objetivos (verificar a compatibilidade da proposta ao cronograma de implantação do empreendimento etc.).

Exemplo: O presente Parecer Técnico objetiva a análise da proposta de Acompanhamento Arqueológico a ser desenvolvido durante a execução das obras de *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri*. Considerando o enquadramento dado pelo IPHAN quando da análise da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), a presente proposta será analisada a partir dos parâmetros estabelecidos no Art. 16 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015 e Portaria SPHAN 07/88, no que couber, conforme documentos obrigatórios acima arrolados.

Cumpre destacar que a análise em tela foi motivada pelo documento protocolado sob o número XXXX.XXXXXXX/XXXX-XX

.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto, etc.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2016 – (fl.1/vol. I) – Protocolização da FCA;
* 24/05/2016 – (fl.2/vol. I) – Parecer técnico de análise da FCA enquadrando o empreendimento como Nível II;
* 30/05/2016 – (fl.3/vol. I) – Ofícios do IPHAN encaminhando o TRE aos interessados.

1. **ANÁLISE DA PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO**

A proposta de acompanhamento arqueológico deverá observar o disposto no artigo 16 da IN IPHAN n.º 001/2015 e na Portaria SPHAN 07/88, no que couber, conforme documentos obrigatórios acima arrolados, sobretudo o cronograma detalhado de execução da obra que implique em revolvimento de solo, que servirá como base para o programa de fiscalização do IPHAN.

Exemplo: A proposta de Acompanhamento Arqueológico durante a execução das obras da *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri* atende ao disposto na IN IPHAN n.º 001/2015, conforme detalhamento que se segue:

O cronograma do acompanhamento arqueológico demonstra o detalhamento das obras que implicam em revolvimento do solo, bem como o método que será utilizado neste acompanhamento;

Os relatórios, um parcial e um final, serão apresentados ao IPHAN a cada trinta dias.

As obras deverão se executadas entre os meses de junho e agosto de 2016, mês de estiagem na região, e deverá contar com duas equipes distintas, uma vez que duas frentes de obras estão previstas no projeto. Consequentemente, conforme o disposto no Art. 50 da IN IPHAN n.º 001/15, os arqueólogos coordenadores de campo XXX e XXX ficam impedidos de obter novas permissões durante o período de execução do projeto em tela.

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação à proposta.

Considerando a análise da Proposta de Acompanhamento Arqueológico e toda documentação e informações nela contida, manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente publicação da Portaria Autorizativa no Diário Oficial da União conforme extrato abaixo.

Enquadramento IN: Nível II

**Empreendedor:**

**Empreendimento:**

Processo n.º XXXX.XXXXXX/201X-XX

Projeto: Acompanhamento Arqueológico das Obras da *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri* (sugere-se que o título explicite o termo “**Acompanhamento Arqueológico**”, como forma de facilitar a geração de indicadores, seguido do título do empreendimento)

Arqueólogo Coordenador: XXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXX

Arqueólogos Coordenadores de Campo: XXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX

Área de Abrangência: Município de Xapuri, Estado do Acre

Prazo de validade: 03 (três) meses

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração da chefia imediata para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

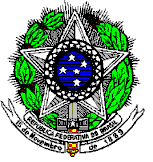
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO VIII**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO DE PARECER PARA ANÁLISE DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN-XX

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

Para: Nome

**(Chefia Imediata)**

**Assunto:** Análise Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área *da Subestação da Glória* Processo IPHAN n.º XXXX.XOXOXO/XXXX-SS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTOS OBRIAGATÓRIOS** |  |  |  |
|  |  | **SIM** | **NÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1 | Consta Requerimento de Autorização para a realização do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Nível III? |  |  |  |
| 2 | Consta contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada? |  |  |  |
| 3 | Consta proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo levantamento de dados primários em campo com base em levantamento prospectivo intensivo de sub-superfície? |  |  |  |
| 4 | Proposição das atividades de análise dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto? |  |  |  |
| 5 | Proposição das atividades de conservação dos bens arqueológicos visando registrar, classificar e conservar o material arqueológico oriundo da execução do Projeto? |  |  |  |
| 6 | Consta a Indicação de instituição de guarda e pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico, localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada? |  |  |  |
| 7 | Consta currículo do arqueólogo coordenador, do arqueólogo coordenador de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada? |  |  |  |
| 8 | Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa; |  |  |  |
| 9 | Consta proposição de estratégias de esclarecimento e divulgação dos bens culturais acautelados das atividades a serem realizadas no local, destinadas à comunidade local e ao público envolvido? |  |  |  |
| 10 | Consta proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão? |  |  |  |
| 11 | Consta delimitação da área abrangida pelo projeto em formato *shapefile*? |  |  |  |
| 12 | Consta prova de idoneidade financeira do projeto? |  |  |  |
| 13 | Consta cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica? |  |  |  |
| 14 | Consta relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização? |  |  |  |
| 15 | Consta definição dos objetivos? |  |  |  |
| 16 | Consta sequência das operações a serem realizadas no sítio? |  |  |  |
| 17 | Consta cronograma da execução? |  |  |  |
| 18 | Consta mapa imagem em escala compatível? |  |  |  |
| 19 | O arqueólogo coordenador e o(s) arqueólogo(s) coordenador(es) de campo cumprem os requisitos do Ofício Circular 01/2013-PESI? |  |  |  |
| 20 | Os arqueólogos coordenadores de campo participam de outros projetos vigentes\*? |  |  |  |
| 21 | Os arqueólogos relacionados na equipe proposta possuem pendências junto ao IPHAN? |  |  |  |

\* Caso necessário, a conferência do impedimento de qualquer profissional poderá ser realizada junto ao CNA.

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (Análise do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, protocolado pelo arqueólogo... etc.), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa n.º 001/2015 etc.), os objetivos (publicação de portaria autorizativa etc.).

O presente Parecer Técnico objetiva a análise do *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*, protocolada neste Instituto por meio da correspondência, sob o número XXXX.XXXXX/XXXX-XX.

Considerando o enquadramento dado pelo IPHAN ao empreendimento quando da análise da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, a presente proposta será analisada a partir dos parâmetros estabelecidos nos artigos 18 e 19 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, bem como no Art. 5º da Portaria Sphan n.º 07/88, dentre outros.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto etc.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

1. 24/05/2013 – (fl.1/vol. I), protocolo do requerimento de autorização pelo interessado, encaminhando o projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico.
2. **ANÁLISE DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá observar, necessariamente, o disposto nos artigos 18 e 19 da IN IPHAN n.º 001/2015 e a Portaria SPHAN n.º 07/88.

O *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória* será valiado em uma área de Xm².

A metodologia proposta prevê XXXX e atende à Portaria Sphan n.º 07/88 e Instrução Normativa n.º 001/2015.

A equipe de campo apresentada é compatível com o cronograma e com a área do projeto etc.

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, sobretudo no que se refere ao disposto nos artigos 18 e 19 da IN IPHAN n.º 001/2015, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação à proposta.

Considerando a análise do *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória* manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente publicação da Portaria Autorizativa no Diário Oficial da União conforme extrato abaixo.

Enquadramento IN:

Empreendedor: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empreendimento: (denominação adotada na FCA)

Processo n.º XXXXXXXXX

Projeto: Arqueólogo Coordenador: XXXXXXXX

Arqueólogo de Campo: XXXXXXXX

Apoio Institucional: especificar o local exato de guarda do acervo, apresentando da menor a maior hierarquia (ex.: Reserva Técnica de Arqueologia - Museu do Brasil - Universidade do Brasil).

Área de Abrangência: Município de, Estado do

Prazo de Validade: 03 (três) meses

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do Superintendente para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

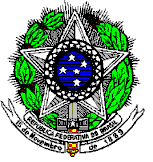
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO IX**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO DE PARECER PARA ANÁLISE DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DO POTENCIAL DE IMPACTO ARQUEOLÓGICO**

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN-XX

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

Para: Nome

**(Chefia Imediata)**

**Assunto:** Análise Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de *Ampliação da LT 138kV Cocalzinho de Goiás - Samambaia.* Processo IPHAN n.º XXXX.XOXOXO/XXXX-SS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTOS OBRIAGATÓRIOS** |  |  |  |
|  |  | **SIM** | **NÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1 | Consta Requerimento de Autorização para a realização do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico – Nível IV? |  |  |  |
| 2 | Consta Contextualização arqueológica e etno-histórica da AID do empreendimento, por meio de levantamento de dados secundários, a partir de consulta à bibliografia especializada? |  |  |  |
| 3 | Consta proposição de metodologia de pesquisa para caracterização arqueológica da Área Diretamente Afetada - ADA, prevendo vistoria em campo e caminhamento na ADA? |  |  |  |
| 4 | Consta mapas contendo a previsão do traçado e localização do empreendimento? |  |  |  |
| 5 | Consta Currículo do arqueólogo coordenador, do arqueólogo coordenador de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada? |  |  |  |
| 6 | Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa |  |  |  |
| 7 | Consta Indicação de instituição de guarda e pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada? |  |  |  |
| 8 | Consta delimitação da área abrangida pelo projeto em formato *shapefile* |  |  |  |
| 9 | Consta definição dos objetivos? |  |  |  |
| 10 | Consta prova de idoneidade financeira do projeto? |  |  |  |
| 11 | Consta cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica? |  |  |  |
| 12 | Consta relação, quando for o caso, dos sítios a serem pesquisados com indicação exata de sua localização? |  |  |  |
| 13 | Consta sequência das operações a serem realizadas no sítio? |  |  |  |
| 14 | Consta Cronograma da execução? |  |  |  |
| 15 | Consta proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais? |  |  |  |
| 16 | Consta meios de divulgação das informações científicas obtidas? |  |  |  |
| 17 | Consta mapa imagem em escala compatível? |  |  |  |
| 18 | O arqueólogo coordenador e o(s) arqueólogo(s) coordenador(es) de campo cumprem os requisitos do Ofício Circular 01/2013-PESI? |  |  |  |
| 19 | Os arqueólogos coordenadores de campo participam de outros projetos vigentes\*? |  |  |  |
| 20 | Os arqueólogos relacionados na equipe proposta possuem pendências junto ao IPHAN? |  |  |  |

\* Caso necessário, a conferência do impedimento de qualquer profissional poderá ser realizada junto ao CNA.

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (Análise do Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, protocolado pelo arqueólogo....etc.), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 7/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015 etc.), os objetivos (publicação de portaria autorizativa etc.).

O presente Parecer Técnico objetiva a análise de *Ampliação da LT 138kV Cocalzinho de Goiás - Samambaia*, apresentado a este Instituto por meio da correspondência protocolada sob o número XXXX.XXXXX/XXXX-XX.

Considerando o enquadramento dado pelo IPHAN ao empreendimento quando da análise da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, a presente proposta será analisada a partir dos parâmetros estabelecidos nos artigos 21 e 22 da Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, bem como no Art. 5º da Portaria SPHAN n.º 07/88, dentre outros.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto, etc.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2013 – (fl.1/vol. I), Requerimento de autorização encaminhado pelos interessados, contendo o projeto intitulado “*Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação de potencial de Impacto da LT 138kV Cocalzinho de Goiás - Samambaia*”;

1. **ANÁLISE DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico deverá observar, necessariamente, o disposto nos artigos 21, 22 da IN n.º 001/2015 e na Portaria SPHAN n.º 07/88.

O Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da *Ampliação da LT 138kV Cocalzinho de Goiás - Samambaia* contém a comprovação da capacidade técnico-científica dos profissionais envolvidos no estudo, a garantia de guarda do material arqueológico, bem como a garantia financeira para a sua execução.

Contem ainda a contextualização arqueológica e etno-histórica da AID e demais informações e documentos exigidos pela Portaria SPHAN n.º 07/88 e pela Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, sobretudo no que se refere ao disposto nos artigos 21 e 22 da IN IPHAN n.º 001/2015, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação à proposta.

Considerando a análise do *Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da LT 138kV Cocalzinho de Goiás - Samambaia* manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente publicação da Portaria Autorizativa no Diário Oficial da União conforme extrato abaixo.

Enquadramento IN:

Empreendedor: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empreendimento: (denominação adotada na FCA)

Processo n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Ampliação da LT 138kV Cocalzinho de Goiás

Arqueólogo Coordenador: XXXXXXXXXXXXX

Arqueólogo de Campo: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Apoio Institucional: especificar o local exato de guarda do acervo, apresentando da menor a maior hierarquia (ex.: Reserva Técnica de Arqueologia - Museu do Brasil - Universidade do Brasil).

Área de Abrangência:

Prazo de Validade: 03 (três) meses

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do Superintendente para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

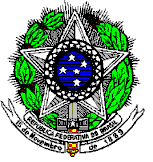
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO X**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO DE PARECER PARA ANÁLISE DO PROGRAMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN-XX

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

**Para: Nome**

(**Chefia Imediata**)

**Assunto:** Análise do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*.* Processo IPHAN n.º XXXX.XOXOXO/XXXX-SS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTOS OBRIAGATÓRIOS** | **SIM** | **NÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
| **1** | **Consta o Requerimento de Autorização para o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico?** |  |  |  |
| **2** | **Consta Projeto de Salvamento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos sítios arqueológicos que serão impactados pelo empreendimento, com base no Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, contendo:** |  |  |  |
| a) | Currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada; |  |  |  |
| b) | Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa; |  |  |  |
| c) | Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile; |  |  |  |
| d) | Indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado; |  |  |  |
| e) | Definição de objetivos; |  |  |  |
| f) | Sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa; |  |  |  |
| g) | Cronograma para a realização do salvamento; |  |  |  |
| h) | Mapa imagem em escala compatível. |  |  |  |
| **3** | **Consta Projeto de Monitoramento Arqueológico na ADA, a ser realizado nos locais onde não foram encontrados sítios arqueológicos, contendo**: |  |  |  |
| a) | Currículo do Arqueólogo Coordenador, dos Arqueólogos Coordenadores de Campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada; |  |  |  |
| b) | Declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa |  |  |  |
| c) | Definição dos objetivos; |  |  |  |
| d) | Cronograma detalhado de execução de obras que impliquem em revolvimento de solo; |  |  |  |
| e) | Metodologia para realização do Monitoramento Arqueológico compatível com o cronograma detalhado de execução de obras; |  |  |  |
| f) | Cronograma de apresentação de Relatórios Parciais e Final do Acompanhamento Arqueológico; |  |  |  |
| g) | Delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile; |  |  |  |
| h) | Mapa imagem em escala compatível. |  |  |  |
| **4** | Consta prova de idoneidade financeira dos projetos? |  |  |  |
| **5** | Consta proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão? |  |  |  |
| **6** | Consta metodologia de análise e interpretação dos bens arqueológicos |  |  |  |
| **7** | Consta metodologia de conservação dos bens arqueológicos? |  |  |  |
| **8** | Consta cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica? |  |  |  |
| **9** | Consta indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada? |  |  |  |
| **10** | **Consta Projeto Integrado de Educação Patrimonial, contendo:** |  |  |  |
| a) | Definição do público alvo; |  |  |  |
| b) | Objetivos; |  |  |  |
| c) | Justificativa; |  |  |  |
| d) | Metodologia; |  |  |  |
| e) | Descrição da equipe multidisciplinar responsável; |  |  |  |
| f) | Cronograma de execução, e |  |  |  |
| g) | Mecanismos de avaliação. |  |  |  |
| **11** | O arqueólogo coordenador e o(s) arqueólogo(s) coordenador(es) de campo cumprem os requisitos do Ofício Circular 01/2013-PESI? |  |  |  |
| **12** | Os arqueólogos coordenadores de campo participam de outros projetos vigentes\*? |  |  |  |
| **13** | Os arqueólogos relacionados na equipe proposta possuem pendências junto ao IPHAN? \* |  |  |  |

\* Caso necessário, a conferência do impedimento de qualquer profissional poderá ser realizada junto ao CNA

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (solicitação de manifestação por órgão ambiental, análise de Programa de Gestão, etc.), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 7/88, Instrução Normativa n.º 01/2015, etc.), os objetivos (publicação de portaria autorizativa, etc.).

O presente Parecer Técnico objetiva a análise do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória, protocolada neste Instituto por meio da correspondência protocolada sob o número XXXX.XXXXX/XXXX-XX.

Considerando o enquadramento dado pelo IPHAN ao empreendimento quando da análise da Ficha de Caracterização de Atividade – FCA, bem como os resultados obtidos quando da avaliação dos impactos ao patrimônio arqueológico, a presente proposta será analisada a partir dos parâmetros estabelecidos no artigo 35 da Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015, bem como no Art. 5º da Portaria Sphan n.º 7/88, dentre outros.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 1/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto, etc.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/Volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2013 – (fl.1/Vol. I), Ofício encaminhado pelos interessados, encaminhando o projeto intitulado “*Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*”;

1. **ANÁLISE DO PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

O Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico deverá observar, necessariamente, o disposto no artigo 35 da IN IPHAN n.º 1/2015. Destaca-se, entretanto, que a Portaria SPHAN n.º 7/88 regulamenta a conteúdo dos projetos e, desta forma, o Art. n.º 35 da IN IPHAN n.º 1/2015 será complementar ao disposto no Art. 5º da Portaria Sphan n.º 7/88:

O *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória* contem a comprovação da capacidade técnico-científica dos profissionais envolvidos no estudo, a garantia de guarda do material arqueológico, bem como a garantia financeira para a sua execução.

Contem ainda o Projeto de Salvamento, de Monitoramento, de Educação Patrimonial Integrado e demais informações e documentos exigidos pela Portaria Sphan n.º 7/1988 e pela Instrução Normativa n.º 1/2015.

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, sobretudo no que se refere ao disposto no artigo n.º 35 da IN IPHAN n.º 1/2015, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação à proposta.

Considerando a análise do Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente publicação da Portaria Autorizativa no Diário Oficial da União conforme extrato abaixo.

Enquadramento IN:

Empreendedor: XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empreendimento: (denominação adotada na FCA)

Processo n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Projeto: *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*

Arqueólogo Coordenador: XXXXXXXXXXXXX

Arqueólogo de Campo: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Apoio Institucional: XXXXXXXXXXXXXXXXX

Área de Abrangência: Município de Bacabeira, Estado do Maranhão

Prazo de Validade: 03 (três) meses

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do Superintendente para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

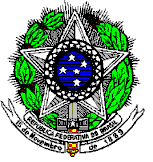
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO XI**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO DE PARECER PARA ANÁLISE DO PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO**

Parecer Técnico nº. /2016 - XXXXXXXX/IPHAN-XX

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

**Para:** **Nome**

(Chefia Imediata)

**Assunto:** Análise do Projeto de Salvamento Arqueológico Referente ao Empreendimento Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri*.* Processo IPHAN n.º XXXX.OOXOOXO/XXXX-SS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **DOCUMENTOS OBRIAGATÓRIOS** |  |  |  |
|  |  | **SIM** | **NÃO** | **OBSERVAÇÕES** |
| 1 | Consta Requerimento de Autorização para a realização do Salvamento Arqueológico? |  |  |  |
| 2 | Consta o currículo do arqueólogo coordenador, dos arqueólogos coordenadores de campo, se houver, e da equipe tecnicamente habilitada? |  |  |  |
| 3 | Consta a declaração de participação de TODOS os membros da equipe de pesquisa? |  |  |  |
| 4 | Consta a indicação de Instituições de Guarda e Pesquisa para a guarda e conservação do material arqueológico localizada, preferencialmente, na unidade federativa onde a pesquisa será realizada? |  |  |  |
| 5 | Consta a delimitação da área abrangida pelo projeto em formato shapefile? |  |  |  |
| 6 | Consta a indicação e caracterização georreferenciada do sítio impactado? |  |  |  |
| 7 | Consta a prova de idoneidade financeira do projeto? |  |  |  |
| 8 | Consta cópia dos atos constitutivos ou lei instituidora, se pessoa jurídica? |  |  |  |
| 9 | Consta a definição de objetivos? |  |  |  |
| 10 | Consta conceituação e metodologia de análise e interpretação? |  |  |  |
| 11 | Consta conceituação e metodologia de conservação dos bens arqueológicos? |  |  |  |
| 12 | Consta a sequência das operações a serem realizadas durante a pesquisa? |  |  |  |
| 13 | Consta o cronograma para a realização do salvamento? |  |  |  |
| 14 | Consta a proposta preliminar das atividades relativas à produção de conhecimento, divulgação científica e extroversão? |  |  |  |
| 15 | Consta mapa imagem em escala compatível? |  |  |  |
| 16 | O arqueólogo coordenador e o(s) arqueólogo(s) coordenador(es) de campo cumprem os requisitos do Ofício Circular 01/2013-PESI? |  |  |  |
| 17 | Os arqueólogos coordenadores de campo participam de outros projetos vigentes\*? |  |  |  |
| 18 | Os arqueólogos relacionados na equipe proposta possuem pendências junto ao IPHAN? |  |  |  |

\* Caso necessário, a conferência do impedimento de qualquer profissional poderá ser realizada junto ao CNA.

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (análise do Projeto de Salvamento Arqueológico, etc.), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 07/88, Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015, etc.), os objetivos (verificar a compatibilidade da proposta ao cronograma de implantação do empreendimento, etc.).

Exemplo: O presente Parecer Técnico objetiva a análise do projeto de salvamento arqueológico, requisitado através do TRE (n.º XX/XXX ou remetido através do Ofício n.º /XXX), a ser desenvolvido durante a execução das obras de *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri*. Considerando a identificação de sítios arqueológicos na área de implantação do empreendimento em tela.

Cumpre destacar que a análise em tela foi motivada pelo documento protocolado sob o número XXXX.XXXXXXX/XXXX-XX.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

É importante verificar se já há processo aberto na Superintendência de origem, no CNA ou nas demais unidades do IPHAN; a fase da pesquisa; ou ainda se há documentos produzidos anteriormente (CPROD), como forma de evitar a abertura de um novo processo para um mesmo objeto, etc.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/Volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2013 – (fl.1/Vol. I) – Protocolização da FCA;
* 30/05/2013 – (fl.3/Vol. I) – Ofícios do IPHAN encaminhando o TRE aos interessados;

1. **ANÁLISE DO PROJETO DE SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO**

O Projeto de Salvamento arqueológico deverá observar, necessariamente, o disposto nos artigos 33 e 34 da IN IPHAN n.º 001/2015, sobretudo no que se refere aos documentos obrigatórios.

Exemplo: O Projeto de Salvamento Arqueológico na área de *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri* atende ao disposto na IN IPHAN n.º 1/2015, conforme detalhamento que se segue:

Realizar análise de mérito do projeto de salvamento

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, sobretudo no que se refere ao disposto nos artigos 33 e 34 da IN IPHAN n.º 1/2015, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação à proposta.

Considerando a análise do Projeto de Salvamento Arqueológico e toda documentação e informações nela contida, manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente publicação da Portaria Autorizativa no Diário Oficial da União conforme extrato abaixo.

Enquadramento IN:

**Empreendedor:**

**Empreendimento:**

Processo n.º XXXX.XXXXXX/201X-XX

Projeto: Salvamento Arqueológico na Área de *Ampliação da Pista do Aeroporto Internacional de Xapuri*

Arqueólogo Coordenador: XXXXXXXXX XXXXXXXXXX XXXXXXXXX

Arqueólogos Coordenadores de Campo: XXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX

Área de Abrangência: Município de Xapuri, Estado do Acre

Prazo de validade: 03 (três) meses

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do Superintendente para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

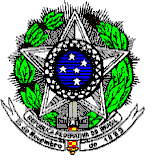
Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

Unidade de Lotação (Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO XII**



Serviço Público Federal

Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)

**MODELO PADRÃO DE PARECER PARA ANÁLISE DE RELATÓRIO DE PESQUISA ARQUEOLÓGICA**

Parecer Técnico nº. \_\_\_\_/2016 - XXXXXXXX/IPHAN

**(tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão/unidade que o expede)**

Município - UF, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

**(local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita)**

Para: Nome

**(Chefia Imediata)**

**Assunto:** Análise do Relatório do Projeto XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX*.* Processo IPHAN n.º XXXX.XOXOXO/XXXX-SS.

1. **INTRODUÇÃO**

Informar a motivação do Parecer (análise de relatório de avaliação de impacto, de avaliação de potencial de impacto, de acompanhamento, salvamento ou gestão arqueológica), os parâmetros de análise (Lei n.º 3.924/61, Portaria Interministerial n.º 60/2015, Portaria SPHAN n.º 7/88, Instrução Normativa n.º 01/2015, etc.), os objetivos, o plano de trabalho aprovado, etc.

O presente Parecer Técnico objetiva a análise do Relatório do *Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*, protocolada neste Instituto por meio da correspondência protocolada sob o número XXXX.XXXXX/XXXX-XX.

1. **HISTÓRICO**

Elaborar histórico documental referindo-se a documentos e processos que tenham referência com o objeto do parecer, explicitando a data da tramitação de cada documento e a sua localização de forma a garantir o controle dos prazos previstos na Instrução Normativa IPHAN n.º 001/2015.

Sugere-se que os documentos sejam relacionados na ordem disposta no processo, contendo: Data do documento – (folha/Volume) – tipo de documento e resumo do teor do documento.

* 24/05/2013 – (fl.1/Vol. I), Ofício encaminhado pelos interessados, encaminhando o projeto intitulado “*Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória*”;

”.

1. **ANÁLISE DO RELATÓRIO**

O relatório deverá observar, necessariamente, o disposto no plano de trabalho aprovado, os prazos estabelecidos na portaria autorizativa e demais recomendações feitas pelo IPHAN no Termo de Referência Específico que originou o projeto. Destaca-se, ainda, a necessária observação à IN 001/15, bem como o disposto na Portaria SPHAN n.º 07/88.

Ademais, considerando a publicação da portaria 196, observa o seguinte:

* Inventário dos bens arqueológicos, composto pelas Fichas de cadastro de bem arqueológico móvel, Anexo II - Portaria Iphan 196/2016.

Obs.: Em casos de relatórios anteriores à Portaria Iphan 196/2016 que apresentem apenas a quantificação (arrolamento) da coleção, solicitar inventário do acervo arqueológico onde conste:

- No caso dos conjuntos de fragmentos: descrição (sítio, natureza, estado de conservação, peso e observações do conjunto) e fotografias;

- No caso das peças inteiras que possuam relevância para a pesquisa ou apelo visual: procedência/contexto arqueológico, n° de inventário (n° da peça), tipologia/matéria, denominação (ex.: fragmento cerâmico, urna, vasilhame etc), descrição (cor, técnica, decoração, marcas de uso, grupo cultural), dimensões, peso, estado de conservação (Bom: estável e sem deterioração; Regular: apresenta deterioração como fissura, esmaecimento, afloramento de sais, esfarelamento; Ruim: compromete o todo, ex.: quebradiço, com manchas, alto grau de corrosão); Péssimo: perdas irreversíveis), fotografias coloridas e com escala que possibilitem a identificação da peça e observações. Caso haja interesse, o Iphan disponibiliza no link <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1228/> o modelo de inventário composto pelas Fichas de cadastro de bem arqueológico móvel, Anexo II - Portaria Iphan 196/2016.

O relatório de *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória* apresenta os itens abaixo relacionados:

1. **PARECER**

Com base na documentação apresentada, e à luz do disposto na IN IPHAN n.º 001/2015, nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 7/88 e no plano de trabalho aprovado, manifestar-se pela aprovação ou pela necessidade de complementação ao relatório.

Recomendamos que **não** deverá ser anexada a cópia do parecer do técnico do analista no documento expedido com a solicitação das complementações. Destacamos que os interessados deverão ser comunicados que se as complementações não forem apresentadas no prazo de 30 dias, conforme o disposto na IN IPHAN n.º 1/15, o processo será arquivado.

Em se tratando de relatório final, no caso de sua aprovação, manifestar-se pelo encerramento da portaria autorizativa. Ato contínuo à expedição do ofício ao interessado, deverá ser encaminhada cópia **digital** do parecer e do ofício ao CNA para acompanhamento necessário (remeter para o e-mail cna@iphan.gov.br)

Considerando a análise do relatório da *Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Subestação da Glória* manifestamo-nos pela sua aprovação e consequente notificação aos interessados.

Assim concluído e fundamentado, submete-se o presente parecer à consideração do Superintendente para que haja, s.m.j, posterior notificação aos interessados.

Respeitosamente,

Técnico Analista

Matrícula SIAPE XXXXXXXX

(Superintendência do IPHAN em XXXXX – SE/IPHAN-XX)

**ANEXO XIII**

Data:

XX/XX/XXXX

Memorando nº.:

XX/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA



**Para:** Diretora(o) do Centro Nacional de Arqueologia

**XXXXXXXX**

**Assunto:** Encaminhamento de projeto para publicação de portaria.

**Ref:** Processo nº:

Prezada(o) Diretora(o),

1. Cumprimentando-a(o) cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar o processo XXX, que versa sobre do projeto XXXXXX.
2. Informo que estou de acordo com o parecer técnico XXX que analisou o presente projeto e considerou-o apto a receber portaria. Nesse sentido, solicito a publicação de autorização para realização da pesquisa no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Superintendente

(Superintendência do IPHAN no Estado de XXXX)